



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2012

(De autoria do Senador Tomás Correia e outros)

Altera os artigos 105 e 109 da Constituição Federal, para modificar competências no âmbito do Poder Judiciário.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º Os arts. 105 e 109 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 105.....

I -

.....

i) a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias;

.....(NR)

Art. 109.....

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral ou à Justiça do Trabalho;

.....

XII – a homologação de sentenças estrangeiras.

.....(NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

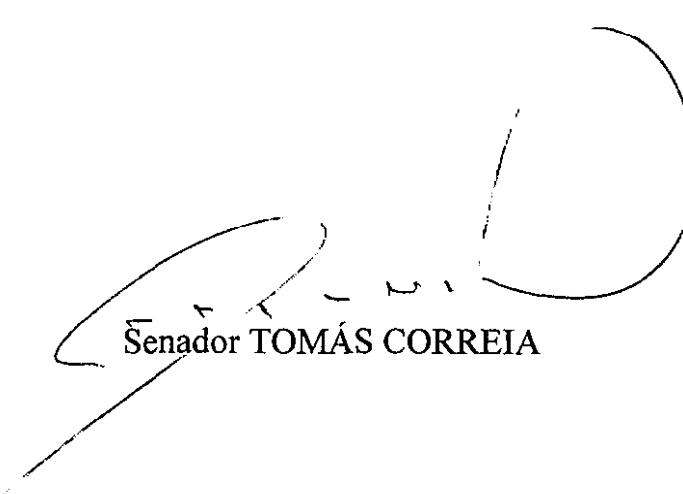
Dois são os objetivos da presente proposição.

O primeiro é remover da competência originária do Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, I) a homologação de sentença estrangeira, matéria jurídica que pouca ou nenhuma identidade guarda com a destinação constitucional dessa Corte, qual seja atuar pela uniformidade do Direito Federal. Temos para nós que o *locus* natural dessa competência é a Justiça Federal de primeiro grau, pelo que a transportamos ao art. 109, como novo inciso XII.

A segunda providência que se pretende é a eliminação da exceção imposta pelo inciso I do art. 109 quanto à competência da Justiça Federal de 1º grau, relativamente às causas envolvendo acidentes do trabalho. Essa providência visa a unificar o julgamento de causas acidentárias e previdenciárias, harmonizando o texto constitucional vigente com a sólida construção jurisprudencial que se vinha tendo sobre o tema.

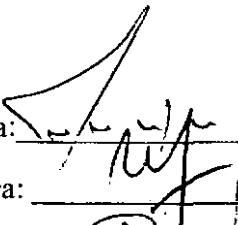
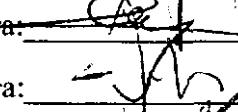
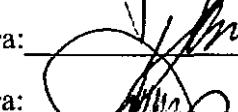
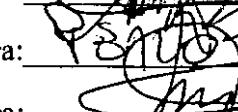
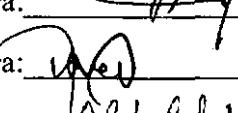
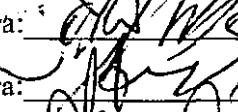
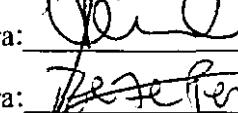
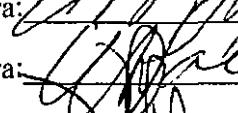
Com essas considerações, oferecemos esta proposição ao exame e decisão dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,


Senador TOMÁS CORREIA

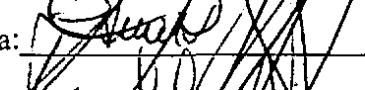
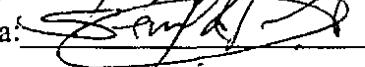
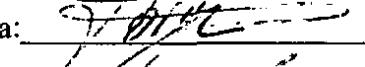
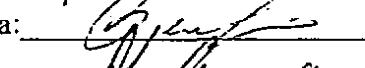
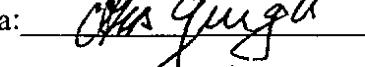
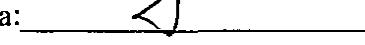
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2012
(De autoria do senador Tomás Correia e outros)

Altera os artigos 105 e 109 da Constituição Federal,
para modificar competências no âmbito do Poder
Judiciário.

- 01 Assinatura:  Nome: Tomás Correia
- 02 Assinatura:  Nome: Gim Argel
- 03 Assinatura:  Nome: Tuf Avelino (PP/RS)
- 04 Assinatura:  Nome: Edmar Moreira
- 05 Assinatura:  Nome: IUV Carol
- 06 Assinatura:  Nome: Wilma Moreira
- 07 Assinatura:  Nome:
- 08 Assinatura:  Nome: PINHEIRO
- 09 Assinatura:  Nome: ANA RITA ESCRIVIO
- 10 Assinatura:  Nome: JAIR BOLSONARO
- 11 Assinatura:  Nome: ALFREDO GASPARINI
- 12 Assinatura:  Nome: JAIR BOLSONARO
- 13 Assinatura:  Nome: Pedro Denys
- 14 Assinatura:  Nome: Renato Barroso
- 15 Assinatura:  Nome: Cláudio Pires
- 16 Assinatura: Nome: Agripino Maia
- 17 Assinatura: Nome: Eduardo Suplicy
- 18 Assinatura: Nome: Antônio Carlos Valadares
- 19 Assinatura: Nome: Vital do Rosário
- 20 Assinatura: Nome: João Reinaldo

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2012
(De autoria do senador Tomás Correia e outros)

Altera os artigos 105 e 109 da Constituição Federal,
para modificar competências no âmbito do Poder
Judiciário.

- 23 Assinatura:  Nome: Vicente Júnior
- 24 Assinatura:  Nome: Eutônio Pires
- 25 Assinatura:  Nome: Lélio Ribeiro
- 26 Assinatura:  Nome: Luciano Senna Souza
- 27 Assinatura:  Nome: Paulo P. Costa
- 28 Assinatura:  Nome: Pedro Simon
- 29 Assinatura:  Nome: Dossi Góes
- 30 Assinatura:  Nome: _____
- 31 Assinatura: _____ Nome: _____
- 32 Assinatura: _____ Nome: _____
- 33 Assinatura: _____ Nome: _____

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

b) os mandados de segurança e os **habeas data** contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;

c) os **habeas corpus**, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

d) os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, "o", bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos;

e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

g) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União;

h) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de órgão, entidade ou autoridade federal, da administração direta ou indireta, excetuados os casos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos órgãos da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal;

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Parágrafo único. Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II - as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III - as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

V-A as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

VI - os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII - os "habeas-corpus", em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII - os mandados de segurança e os "habeas-data" contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX - os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X - os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o "exequatur", e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI - a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1º - As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º - As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquela onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

§ 3º - Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

§ 4º - Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. (Incluído)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 14/09/2012.